



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a fase de planejamento e tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Pública contemporânea encontra-se cada vez mais orientada pelos princípios da transparência, da governança pública, da eficiência administrativa e da participação social, exigindo que todos os atos praticados pelos gestores públicos sejam amplamente divulgados e disponibilizados à sociedade de forma clara, acessível e tempestiva. Nesse cenário, a publicidade dos atos oficiais deixa de representar mera formalidade legal e passa a constituir instrumento essencial de fortalecimento da democracia, do controle social e da legitimidade das ações governamentais. A ampla divulgação das decisões, contratos, licitações, convênios, decretos, portarias e demais atos administrativos permite que os cidadãos acompanhem a aplicação dos recursos públicos, fiscalizem a atuação dos agentes públicos e participem ativamente do processo de gestão pública.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 37, que a publicidade é um dos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, sendo requisito indispensável para a validade, eficácia e transparência dos atos administrativos. Complementarmente, a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como diversas legislações específicas, regulamentos e orientações dos órgãos de controle, determinam a obrigatoriedade de divulgação de inúmeros atos oficiais em veículos de publicação reconhecidos, especialmente no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornais de grande circulação, conforme a natureza do ato praticado e a origem dos recursos envolvidos.

No âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, a Secretaria Municipal de Governo possui papel estratégico na coordenação das atividades administrativas e institucionais do Poder Executivo, sendo responsável por garantir que as publicações obrigatórias sejam realizadas de forma regular, segura e dentro dos prazos legalmente estabelecidos. A ausência, insuficiência ou atraso na divulgação dos atos administrativos pode acarretar sérios prejuízos à Administração Pública, comprometendo a legalidade dos procedimentos, restringindo a competitividade das contratações públicas, dificultando a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade, além de gerar riscos de nulidade dos atos praticados. Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicação dos atos oficiais do Poder Executivo Municipal mostra-se indispensável para assegurar o cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis, garantindo que as informações públicas sejam divulgadas nos meios oficiais adequados, com ampla abrangência e observância dos princípios da transparência, publicidade, eficiência e interesse público.

A necessidade da contratação decorre, ainda, da natureza contínua e permanente das atividades administrativas desempenhadas pela Prefeitura Municipal. Ao longo do exercício financeiro são realizados diversos procedimentos que exigem publicação oficial, tais como avisos de licitação, extratos de contratos, atas de registro de preços, termos aditivos, homologações, adjudicações, chamamentos públicos, decretos, portarias, leis, convênios, prestações de contas e demais atos administrativos cuja divulgação é requisito legal obrigatório. Assim, torna-se imprescindível que o Município disponha de serviço especializado capaz de atender essas demandas de forma eficiente, segura e tempestiva, evitando prejuízos à regularidade administrativa e à continuidade dos serviços públicos.

Os impactos positivos esperados com a contratação são amplos e alcançam não apenas a Administração Municipal, mas toda a coletividade. Em primeiro lugar, espera-se o fortalecimento da transparência pública, permitindo que os cidadãos tenham acesso facilitado às informações governamentais, promovendo maior conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo Poder Executivo e ampliando os mecanismos de acompanhamento e fiscalização social dos atos administrativos. Outro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

impacto relevante consiste no fortalecimento do controle externo e interno da Administração Pública. A divulgação adequada dos atos oficiais proporciona maior eficiência na atuação dos órgãos fiscalizadores, como Tribunais de Contas, Ministério Público e Controladorias, contribuindo para a prevenção de irregularidades, para a correta aplicação dos recursos públicos e para o aprimoramento da governança municipal.

A contratação também contribuirá diretamente para a ampliação da competitividade dos processos licitatórios realizados pelo Município. A divulgação dos certames em meios oficiais de ampla abrangência aumenta significativamente o alcance das informações, possibilitando a participação de maior número de fornecedores interessados, o que favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, promove a concorrência saudável e amplia as oportunidades de contratação de bens e serviços com melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

Sob a perspectiva jurídica, espera-se significativo aumento da segurança dos procedimentos administrativos, reduzindo riscos de impugnações, questionamentos judiciais, apontamentos dos órgãos de controle e eventuais declarações de nulidade decorrentes da ausência ou inadequação das publicações obrigatórias. Dessa forma, os atos praticados pela Administração passam a contar com maior robustez jurídica, estabilidade e legitimidade institucional.

Outro benefício esperado refere-se à melhoria da eficiência administrativa e da gestão documental do município. A contratação de empresa especializada possibilita maior agilidade na tramitação dos processos, maior controle dos prazos legais de publicação, redução de falhas operacionais e padronização dos procedimentos relacionados à divulgação dos atos oficiais. Isso permite que os servidores municipais concentrem seus esforços em atividades estratégicas e finalísticas da Administração, promovendo melhor utilização dos recursos humanos disponíveis. Além disso, a contratação contribui para o fortalecimento da imagem institucional do Município perante a população, fornecedores, órgãos governamentais e instituições de controle, demonstrando compromisso com a legalidade, a transparência e a boa governança pública. A adequada divulgação das ações governamentais reforça a confiança da sociedade na gestão pública e evidencia a responsabilidade administrativa na condução dos interesses coletivos.

Como resultado final, espera-se que a contratação assegure maior regularidade dos atos administrativos, amplie a transparência governamental, fortaleça os mecanismos de controle social, aumente a segurança jurídica dos procedimentos, melhore a eficiência da gestão pública, promova maior competitividade nas contratações municipais e contribua para a consolidação de uma administração pública moderna, transparente, eficiente e comprometida com o interesse público e com os princípios constitucionais que regem a atuação estatal.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Justificativa da Exigência dos Documentos de Qualificação Técnica

A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado justifica-se pela necessidade de a Administração verificar se a licitante possui experiência anterior na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, demonstrando aptidão operacional para o adequado cumprimento das obrigações contratuais.

A publicação de atos oficiais em órgãos de imprensa oficial e em jornal de grande circulação exige conhecimento dos procedimentos operacionais de encaminhamento, processamento, acompanhamento e comprovação das publicações, bem como observância dos prazos legais e das exigências específicas de cada veículo de divulgação. Dessa forma, torna-se necessário que a futura contratada possua experiência mínima que evidencie sua capacidade de executar os serviços de maneira eficiente, regular e satisfatória.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

3.1.1 Justificativa dos requisitos de grande circulação

Os requisitos estabelecidos para caracterização do jornal de grande circulação têm por finalidade assegurar a ampla divulgação dos atos oficiais da Administração, garantindo o atendimento aos princípios da publicidade, transparência, eficiência e controle social previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A exigência de publicação regular, tiragem mínima diária de 10.000 (dez mil) exemplares e abrangência em todas as regiões do Estado de Minas Gerais visa assegurar que as informações atinjam número expressivo de leitores e potenciais interessados, ampliando a competitividade dos certames e o acesso da sociedade aos atos administrativos.

A exigência de comprovação da circulação mediante entidade independente aferidora ou pelo Instituto Verificador de Comunicação – IVC objetiva conferir segurança, confiabilidade e verificabilidade aos dados apresentados pela contratada.

A exigência de comercialização de assinaturas e de disponibilização de versão digital com certificado de autenticidade busca garantir ampla acessibilidade, rastreabilidade e preservação da integridade das publicações oficiais.

A vedação à utilização de jornais de circulação gratuita, segmentada ou direcionada a públicos específicos tem por objetivo assegurar que a publicidade legal seja realizada em veículo de comunicação de alcance amplo e irrestrito, apto a atingir o público em geral.

Os requisitos adotados foram definidos com base em parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para caracterização de jornal de grande circulação em contratação destinada à publicação de atos oficiais.

3.2 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.3 Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação não será indicado marcas ou modelo(s) para a prestação dos serviços.

3.4 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Para a contratação do objeto não haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

3.5 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante para a prestação dos serviços.

3.6 Da exigência de amostra

Não haverá exigência de amostra para a prestação dos serviços.

3.7 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.8 Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

3.9 Da participação na licitação

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI. agente público do órgão ou entidade licitante;

VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Para apenas o item 03 desta licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de publicações realizadas pela Administração Municipal, na análise das demandas recorrentes da Secretaria Municipal de Governo e dos demais órgãos da Prefeitura, bem como na projeção das necessidades futuras relacionadas à divulgação de atos administrativos, licitatórios, contratuais, normativos e institucionais durante o período de vigência da contratação. O levantamento foi realizado pelo Setor de Compras da Prefeitura.

Assim, foram estimados os seguintes quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
001	Publicação e/ou divulgação no Diário Oficial da União – DOU	CM/COL	1.000
002	Publicação e/ou divulgação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOE/MG	CM/ COL	1.000
003	Publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais - Jornal impresso e/ou digital	CM/ COL	300

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no artigo 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as possíveis soluções existentes para atender à necessidade da Administração Municipal quanto à publicação dos atos oficiais do Poder Executivo Municipal no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOE/MG) e em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais.

A necessidade identificada decorre da obrigação legal de promover a publicidade dos atos administrativos, licitatórios, contratuais e institucionais praticados pelo Município, garantindo transparência, segurança jurídica, ampla concorrência, controle social e atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. A ausência de mecanismos adequados para realização dessas publicações pode comprometer a validade dos atos administrativos, ocasionar questionamentos pelos órgãos de controle, restringir a competitividade das contratações públicas e gerar prejuízos ao interesse público.

5.1 Análise das possíveis soluções existentes no mercado

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, foi realizado levantamento das alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos relacionados à legalidade, eficiência operacional, economicidade, competitividade, segurança jurídica e interesse público.

Foram identificadas as seguintes soluções:

Alternativa 01 – Realização direta das publicações pelo próprio Município junto aos veículos oficiais

Esta solução consistiria na realização das publicações diretamente pelos servidores municipais mediante cadastramento e contratação junto aos órgãos responsáveis pela divulgação dos atos oficiais, tais como Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e jornais de grande circulação. Embora juridicamente possível, esta alternativa demandaria estrutura administrativa específica para gerenciamento das publicações, acompanhamento dos prazos de fechamento de edições, conferência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

textos, controle de faturamentos e relacionamento direto com diversos veículos de comunicação. Além disso, aumentaria a carga operacional dos servidores municipais e os riscos de falhas administrativas.

Alternativa 02 – Contratação individualizada para cada demanda de publicação

Nesta hipótese, a Administração realizaria contratações isoladas sempre que surgisse a necessidade de publicação de determinado ato oficial. Entretanto, esta alternativa mostra-se pouco eficiente, pois geraria elevada quantidade de procedimentos administrativos ao longo do exercício, maior tempo gasto com contratações recorrentes, dificuldade de planejamento, aumento dos custos administrativos e risco de atrasos na realização das publicações obrigatórias.

Alternativa 03 – Credenciamento de empresas especializadas

Outra possibilidade analisada foi a realização de procedimento de credenciamento para habilitação de múltiplas empresas interessadas na prestação dos serviços. Todavia, considerando que a Administração consegue definir previamente as especificações dos serviços e realizar disputa competitiva entre os fornecedores, o credenciamento não se mostra a solução mais vantajosa para o caso concreto, uma vez que sua utilização é mais adequada para situações em que a competição é inviável ou quando existe interesse da Administração em manter diversos prestadores simultaneamente.

Alternativa 04 – Contratação por meio de adesão a ata de registro de preços de outro órgão ou entidade

Foi considerada a possibilidade de adesão a atas de registro de preços eventualmente existentes para serviços semelhantes. Contudo, tal solução depende da existência de atas vigentes compatíveis com as necessidades do Município, disponibilidade de quantitativos, autorização do órgão gerenciador e demonstração de vantajosidade econômica. Além disso, nem sempre as condições contratadas por outros órgãos refletem adequadamente as necessidades específicas da Administração Municipal.

Alternativa 05 – Utilização exclusiva dos meios eletrônicos próprios do município

Foi analisada a possibilidade de divulgação dos atos apenas por meio do Portal da Transparência, sítio eletrônico oficial e demais canais institucionais do município. Embora tais instrumentos sejam importantes para promoção da transparência pública, eles não substituem as publicações obrigatórias exigidas pela legislação em veículos oficiais específicos, razão pela qual essa alternativa não atende integralmente às necessidades administrativas e legais identificadas.

Alternativa 06 – Contratação de empresa especializada para execução das publicações oficiais

Esta alternativa consiste na contratação de empresas especializadas para realização dos serviços de publicação e divulgação dos atos oficiais nos veículos legalmente exigidos, responsabilizando-se pelo recebimento das demandas, encaminhamento aos respectivos meios de publicação, acompanhamento das inserções, controle operacional e fornecimento dos comprovantes de veiculação. Trata-se da solução mais amplamente utilizada pela Administração Pública, por proporcionar maior eficiência operacional, segurança jurídica, especialização técnica e redução dos riscos relacionados ao cumprimento dos prazos legais de publicação.

Além disso, o mercado apresenta quantidade significativa de empresas aptas a executar os serviços, demonstrando ampla competitividade e viabilidade da contratação.

5.1.1 Conclusão do levantamento de mercado

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de publicação dos atos oficiais representa a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG. A solução escolhida permite o atendimento integral das exigências legais relacionadas à publicidade dos atos administrativos, proporciona maior segurança jurídica, reduz riscos operacionais, assegura maior eficiência administrativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

e possibilita a realização das publicações dentro dos prazos exigidos pela legislação. Verificou-se ainda que o mercado possui diversos fornecedores aptos a prestar os serviços objeto da contratação, demonstrando plena viabilidade técnica e mercadológica da solução pretendida.

Considerando que cada modalidade de publicação possui características próprias e fornecedores específicos, conclui-se pela viabilidade do parcelamento do objeto por itens, possibilitando maior competitividade, ampliação da participação de empresas interessadas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Os serviços a serem contratados tratam-se de serviços comuns, pois possuem características e especificações padrão, amplamente disponíveis no mercado, não requerendo adaptações ou personalizações significativas para atender às necessidades da administração pública. A Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu artigo 6º inciso XLI, define o Pregão como a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto e define o SRP (Sistema de Registro de Preços, artigo 6º inciso XLV), como o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

5.1.2 Análise da viabilidade do pregão eletrônico tradicional versus pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços (SRP)

Os serviços objeto da presente contratação consistem na publicação e divulgação de atos oficiais do Poder Executivo Municipal no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais. Trata-se de serviços comuns, cujas especificações são amplamente conhecidas e padronizadas no mercado, permitindo a definição objetiva de seus requisitos e condições de execução, enquadrando-se no conceito previsto no artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante dessas características, verifica-se a viabilidade da utilização da modalidade Pregão Eletrônico para seleção da proposta mais vantajosa à Administração. Durante a fase de planejamento, foi analisada a adoção do Pregão Eletrônico Tradicional e do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no artigo 6º, inciso XLV, da Lei nº 14.133/2021.

O Sistema de Registro de Preços apresenta-se como ferramenta adequada para situações em que os quantitativos são altamente variáveis ou quando não é possível estimar com razoável segurança a demanda futura. Sua utilização permite contratações futuras e parceladas conforme a necessidade da Administração.

Entretanto, para a presente contratação, verificou-se que a Administração dispõe de histórico suficiente para estimar os quantitativos necessários para o período contratual, possibilitando o adequado planejamento da contratação e a definição prévia dos quantitativos estimados para cada item. Além disso, os serviços de publicação oficial possuem caráter contínuo e permanente, uma vez que a Administração necessita divulgar regularmente licitações, contratos, atos normativos, portarias, decretos, extratos e demais atos administrativos durante todo o exercício. Assim, a demanda não se caracteriza como eventual ou incerta, mas sim como necessidade recorrente e previsível da gestão pública.

Outro fator relevante é que a contratação decorrente do Pregão Eletrônico Tradicional possibilita a celebração de contrato administrativo com vigência compatível com as necessidades da Administração, admitindo-se sua prorrogação sucessiva, desde que observados os requisitos previstos no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente a demonstração da vantajosidade para a Administração e a manutenção das condições inicialmente pactuadas. Dessa forma, a possibilidade de prorrogação contratual proporciona maior estabilidade na prestação dos serviços, continuidade administrativa, redução dos custos relacionados à realização frequente de novos procedimentos licitatórios e maior eficiência na gestão contratual, fatores que contribuem diretamente para a satisfação do interesse público. Adicionalmente, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

contratação tradicional proporciona maior previsibilidade orçamentária e financeira, permitindo melhor controle da execução contratual, acompanhamento do consumo dos quantitativos estimados e fiscalização dos serviços efetivamente prestados.

Assim, embora o Sistema de Registro de Preços seja juridicamente viável para o objeto, conclui-se que o Pregão Eletrônico Tradicional apresenta maior adequação às características da demanda, em razão da previsibilidade do consumo, da natureza contínua dos serviços, da possibilidade de formalização imediata do contrato e da viabilidade de sua prorrogação nos termos da legislação vigente.

Diante do exposto, recomenda-se a realização de Pregão Eletrônico Tradicional, com julgamento por item e critério de menor preço, por representar a solução mais eficiente, econômica e alinhada às necessidades da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor total máximo estimado da contratação é de R\$ 285.828,00 (duzentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e vinte e oito reais). Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de publicação e divulgação dos atos oficiais do Poder Executivo do Município de Abadia dos Dourados/MG, mediante realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando assegurar o cumprimento das exigências legais de publicidade dos atos administrativos, a transparência da gestão pública, a ampla divulgação das ações governamentais, a efetividade do controle social e a segurança jurídica dos procedimentos conduzidos pela Administração Municipal. A contratação abrangerá a execução dos seguintes serviços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
001	Publicação e/ou divulgação no Diário Oficial da União – DOU	Centímetro de Coluna (CM/COL)
002	Publicação e/ou divulgação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOE/MG	Centímetro de Coluna (CM/COL)
003	Publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais- Jornal impresso e/ou digital	Centímetro de Coluna (CM/COL)

A adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item mostra-se tecnicamente adequada em razão das características do mercado fornecedor, permitindo a participação de empresas especializadas em cada modalidade de publicação, ampliando a competitividade, promovendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e assegurando observância aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta apta a gerar o melhor resultado para a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A solução contempla a prestação de serviços destinados à divulgação oficial de atos administrativos produzidos pela Prefeitura Municipal e suas Secretarias, incluindo, entre outros, avisos de licitação, extratos de editais, extratos de contratos administrativos, atas de registro de preços, termos aditivos, homologações, adjudicações, decretos, portarias, leis municipais, credenciamentos, convênios, instrumentos congêneres, chamamentos públicos, audiências públicas, processos seletivos, concursos públicos, comunicados oficiais, atos de pessoal e demais publicações cuja divulgação seja exigida pela legislação vigente ou necessária ao atendimento do interesse público.

O ciclo de vida da contratação terá início com a identificação da necessidade de publicação pelos setores demandantes da Administração Municipal, em decorrência da prática de atos administrativos sujeitos à publicidade legal. Após a elaboração, conferência e aprovação dos documentos, as matérias serão encaminhadas à respectiva contratada por meio eletrônico oficial, contendo o texto definitivo, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

indicação do veículo de divulgação correspondente, a data pretendida para publicação e demais orientações necessárias à execução dos serviços.

Recebida a solicitação, a contratada deverá acusar imediatamente seu recebimento, procedendo à conferência formal do material encaminhado, verificando sua integridade, legibilidade, consistência, compatibilidade técnica e adequação às normas operacionais e editoriais exigidas pelo respectivo veículo de divulgação. Quando necessário, deverá promover a diagramação, editoração, composição gráfica e formatação das matérias, adequando-as aos padrões exigidos para publicação, sem promover alterações de conteúdo sem prévia autorização da Administração Municipal.

Na etapa seguinte, a contratada deverá providenciar o processamento da solicitação e promover a efetiva publicação do ato administrativo no veículo correspondente ao item contratado, observando rigorosamente os prazos estabelecidos pela Administração Municipal, as exigências legais aplicáveis e os procedimentos operacionais adotados pelo Diário Oficial da União – DOU, pelo Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOE/MG ou pelo jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais.

No caso específico das publicações em jornal de grande circulação, o veículo utilizado deverá possuir circulação regular e abrangência estadual comprovada, publicação mínima de segunda a sexta-feira, tiragem mínima diária de 10.000 (dez mil) exemplares ou outro critério equivalente de circulação comprovada, versão digital acessível ao público, comercialização de assinaturas em formato físico ou digital, seção específica destinada à divulgação de atos oficiais e certificação que permita comprovar a autenticidade das publicações realizadas.

Após a efetiva veiculação da matéria, a contratada deverá encaminhar à Administração Municipal os respectivos comprovantes de publicação, acompanhados da página integral da publicação realizada ou documento oficial equivalente, contendo a identificação do veículo utilizado, edição, data da publicação, localização da matéria publicada e demonstrativo dos quantitativos efetivamente executados, expressos em centímetros de coluna (CM), para fins de fiscalização, medição, liquidação e pagamento.

A execução ocorrerá de forma contínua, parcelada e sob demanda durante toda a vigência contratual, considerando que as necessidades de publicação surgem continuamente em decorrência das atividades administrativas desempenhadas pelos diversos órgãos e secretarias municipais. Os quantitativos previstos possuem caráter meramente estimativo, não gerando à contratada qualquer direito à execução integral dos volumes previstos, sendo remunerados exclusivamente os serviços efetivamente solicitados, executados e comprovados.

A unidade de medida adotada para fins de contratação, medição e pagamento será o centímetro de coluna (CM), padrão amplamente utilizado pelos órgãos oficiais de publicação e pelo mercado especializado. A aferição dos serviços ocorrerá mediante verificação dos quantitativos efetivamente publicados e devidamente comprovados, vedando-se qualquer pagamento por serviços não executados, não comprovados ou realizados em desacordo com as especificações contratuais.

Durante toda a execução contratual, a Administração Municipal exercerá acompanhamento e fiscalização permanente dos serviços por intermédio de servidor formalmente designado, competindo-lhe verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos, conferir os comprovantes de publicação apresentados, avaliar a conformidade dos serviços executados, controlar os quantitativos efetivamente realizados e promover o atesto necessário à liquidação da despesa.

Eventuais falhas de execução, tais como ausência de publicação, atraso imputável à contratada, publicação em veículo incorreto, divergência de conteúdo, publicação incompleta, erros de formatação, falhas de comunicação ou ausência de comprovação da veiculação, deverão ser corrigidas imediatamente pela contratada, inclusive mediante republicação integral da matéria, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Todos os custos necessários à execução do objeto correrão exclusivamente por conta da contratada, incluindo taxas de publicação, despesas operacionais, administrativas, tecnológicas, logísticas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

tributárias, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, financeiras e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução dos serviços.

Considerando tratar-se de serviço contínuo e indispensável ao funcionamento regular da Administração Pública, a contratação permitirá a manutenção ininterrupta das publicações obrigatórias do Município, assegurando o atendimento das exigências legais relacionadas à publicidade oficial, fortalecendo a transparência governamental, ampliando a participação social, promovendo maior competitividade nos procedimentos licitatórios, garantindo segurança jurídica aos atos administrativos e contribuindo para a efetividade dos mecanismos de controle interno e externo.

Ao término da vigência contratual, a Administração Municipal realizará avaliação da execução dos serviços, verificando o desempenho da contratada, o atendimento das necessidades institucionais, a vantajosidade econômica da contratação, os resultados alcançados e a conformidade dos serviços prestados, podendo promover a prorrogação contratual quando demonstrada sua vantajosidade e observados os requisitos previstos no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por fim, destaca-se que o ciclo de vida desta contratação possui natureza eminentemente administrativa e informacional, não envolvendo aquisição de bens permanentes, utilização de materiais pela Administração, geração significativa de resíduos, consumo de recursos públicos além daqueles inerentes à contratação dos serviços ou necessidade de descarte de ativos. Trata-se de solução voltada exclusivamente ao cumprimento das obrigações legais de publicidade oficial, apresentando-se como a alternativa mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atender às necessidades permanentes da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do artigo 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o princípio do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e à promoção da participação do maior número possível de licitantes.

A contratação compreende três modalidades distintas de publicação oficial, quais sejam: publicação no Diário Oficial da União – DOU, publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOE/MG e publicação em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais. Embora possuam finalidade comum relacionada à publicidade dos atos administrativos, tratam-se de serviços executados em veículos distintos, submetidos a regras operacionais próprias, sem interdependência técnica ou operacional que exija sua execução por uma única empresa. Cada item possui fluxo de execução autônomo, iniciando-se com o encaminhamento da matéria pela Administração Municipal e concluindo-se com sua efetiva publicação no respectivo veículo de divulgação e posterior apresentação dos comprovantes de veiculação. Dessa forma, a execução de um item não depende da execução dos demais, sendo possível a fiscalização, medição, recebimento e responsabilização de forma individualizada.

Importante destacar que a eventual necessidade de publicação de um mesmo ato administrativo em mais de um veículo de divulgação não caracteriza indivisibilidade do objeto. Nesses casos, a Administração encaminhará o conteúdo da matéria aos respectivos contratados, permanecendo cada publicação vinculada ao veículo correspondente e sujeita às responsabilidades específicas da empresa responsável pelo respectivo item.

Da mesma forma, eventual erro, atraso, omissão ou falha na execução de determinado item não impede nem compromete tecnicamente a execução dos demais, sendo possível a identificação objetiva do responsável, a adoção das medidas corretivas cabíveis e a aplicação individualizada das sanções previstas contratualmente, sem prejuízo da continuidade da execução dos demais serviços.

A divisão por itens também encontra justificativa nas características do mercado fornecedor. Existem empresas especializadas na intermediação e operacionalização de publicações junto ao Diário Oficial da União, empresas com atuação específica junto ao Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

empresas voltadas à veiculação de atos oficiais em jornais de grande circulação. A contratação por item amplia significativamente o universo de participantes aptos a disputar o certame, favorecendo a competitividade e aumentando a possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos para a Administração. Sob o aspecto econômico, a adjudicação por item evita restrições desnecessárias à participação de empresas que possuam capacidade para executar apenas uma das modalidades de publicação, ampliando a concorrência e contribuindo para a redução dos preços contratados. A adoção de lote único, por sua vez, poderia restringir a competitividade sem apresentar vantagens técnicas proporcionais, contrariando os princípios da economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se ainda que o parcelamento não compromete o cumprimento dos prazos legais aplicáveis aos procedimentos administrativos e licitatórios. O Termo de Referência estabelece mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização, incluindo confirmação imediata do recebimento das solicitações, observância rigorosa dos prazos definidos pela Administração, obrigação de correção e republicação sem ônus, apresentação tempestiva dos comprovantes de publicação e aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Dessa forma, verifica-se que o parcelamento do objeto é técnica e economicamente viável, promove a ampliação da competitividade, possibilita a participação de maior número de licitantes, favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e não compromete a adequada execução contratual, razão pela qual a licitação será realizada com julgamento e adjudicação por item, em plena observância aos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se assegurar maior eficiência, eficácia e economicidade na realização das publicações oficiais do município, garantindo o atendimento tempestivo das exigências legais de publicidade dos atos administrativos e a continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração Pública.

Em termos de eficiência, busca-se otimizar os procedimentos relacionados à divulgação dos atos oficiais, reduzindo o tempo despendido pelos servidores em atividades operacionais e assegurando maior agilidade no encaminhamento, acompanhamento e comprovação das publicações.

Quanto à eficácia, pretende-se garantir que os atos administrativos sejam publicados nos veículos legalmente exigidos, dentro dos prazos estabelecidos, promovendo a transparência, a segurança jurídica dos procedimentos administrativos e o cumprimento das obrigações legais impostas ao Município.

Sob a perspectiva da economicidade, espera-se obter as condições mais vantajosas para a Administração por meio da realização de procedimento licitatório competitivo, com julgamento pelo menor preço por item, possibilitando a contratação dos serviços pelo melhor custo-benefício, a adequada aplicação dos recursos públicos e a redução de despesas decorrentes de contratações menos eficientes.

Dessa forma, a contratação contribuirá para o fortalecimento da transparência pública, da governança administrativa e da regularidade dos atos oficiais praticados pelo Município, em atendimento ao interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e o Decreto nº 10.892 que regulamenta a nova Lei de Licitações, Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Abadia dos Dourados. A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado pela Portaria nº 01/2026, devendo estes providenciar as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mesmo será submetido à aprovação pela autoridade competente e caso aprovado o Termo de Referência será elaborado e será realizada a contratação por meio de licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar evidenciam que a contratação se mostra tecnicamente viável, necessária e adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG no que se refere à publicação e divulgação dos atos oficiais do Poder Executivo Municipal. Diante do exposto, declara-se adequada a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de publicação e divulgação no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornal de grande circulação no Estado de Minas Gerais, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item. A prestação desses serviços é indispensável para assegurar o cumprimento das exigências legais relacionadas à publicidade dos atos administrativos, licitatórios, contratuais, normativos e institucionais praticados pela Administração Municipal, garantindo transparência, legalidade, segurança jurídica e observância dos princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação permitirá que as publicações oficiais sejam realizadas de forma tempestiva, regular e em conformidade com as exigências dos veículos de divulgação legalmente estabelecidos, assegurando ampla publicidade aos atos da Administração e promovendo o adequado acesso da população, dos órgãos de controle e dos potenciais interessados às informações de interesse público.

Abadia dos Dourados, 27 de maio de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026.

Aprovado por: _____

Elionaldo Aparecido de Souza
Secretário Municipal de Governo.